

# **Reflexões elementares sobre o esquematismo em Immanuel Kant e Friedrich Nietzsche**

*ELEMENTARY REFLECTIONS ON THE SCHEMATISM IN IMMANUEL KANT AND FRIEDRICH NIETZSCHE*

**FÁBIO LUIZ TEZINI CROCCO\***

## **Resumo**

O presente artigo objetiva abordar resumidamente as idéias de Immanuel Kant (1724-1804) e Friedrich Nietzsche (1844-1900) sobre a formação do conhecimento objetivo por meio da representação conceitual. Com essa finalidade, primeiramente, pretendemos refletir sobre o “esquematismo” que do ponto de vista kantiano significa referir sua percepção sensível a conceitos fundamentais. E posteriormente, analisar como Nietzsche questiona a objetividade do conhecimento humano e a representação do mundo através de palavras. Assim, pretendemos refletir como esses pensadores abordam distintamente a fundamentação e a possibilidade da existência de um conhecimento objetivo.

**Palavras-chave:** Immanuel Kant; Friedrich Nietzsche; Esquematismo; Representação.

## **Abstract**

The present article aims to approach in a few lines the ideas of Immanuel Kant (1724-1804) and Friedrich Nietzsche (1844-1900) on the formation of the objective knowledge through the conceptual representation. In the first place we intend to reflect on the “schematism”, which according to Kant’s point of view means to relate one’s sensible perception to basic concepts. Later, we intend to analyze how Nietzsche questions the human objective knowledge and the representation of the world through words. Thus, we intend to reflect how these theoreticians approach distinctively the fundament and the possibility of the existence of an objective knowledge.

**Key-Words:** Immanuel Kant; Friedrich Nietzsche; Schematism; Representation.

---

\* Mestrando do curso de Filosofia da UNESP de Marília (fabiocrocco@marilia.unesp.br);

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo principal abordar resumidamente as idéias de Immanuel Kant (1724-1804) e Friedrich Nietzsche (1844-1900) sobre a formação do conhecimento objetivo através da representação conceitual pela formação e utilização da “palavra”. Pretendemos analisar sucintamente como estes pensadores abordam a relação da produção de significados através da articulação entre fenômenos sensíveis e conceitualizações. Partindo da perspectiva de que para ambos existe uma distância considerável entre realidade e conceito (sensibilidade e entendimento), analisaremos como estes pensadores abordam a dinâmica da representação. O artigo será dividido em dois momentos com a finalidade de abordar e refletir separadamente sobre estas duas perspectivas teóricas que se apresentam imbuídas de conteúdos distintos e até mesmo conflitantes. Após a realização destas reflexões finalizaremos o trabalho com um breve debate acerca destas abordagens teóricas. Primeiramente estudaremos o conceito kantiano de “esquematismo” presente na *Crítica da Razão Pura* em que o autor propõe uma mediação entre fenômenos e conceitos, a fim de promover a objetividade do conhecimento. Posteriormente, em Nietzsche, partiremos de seus estudos sobre linguagem e representação, principalmente contidos em seu texto de 1873, *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*, com a finalidade de analisar como Nietzsche questiona a objetividade do conhecimento humano e a representação do mundo através de palavras.

### **Sobre o esquematismo em Kant**

Pretendemos, inicialmente, abordar de forma sucinta, como Kant pensa a questão da representação da realidade, e como esta é figurada através de conceitos. No princípio do processo do conhecimento kantiano os “múltiplos sensíveis” chegam ao indivíduo e são administrados por meio das “categorias do entendimento” que promovem a compreensão da realidade. Mas Kant afirma existir uma diferença essencial entre fenômeno e conceito. Propõe, para resolver este problema, um esquema

para mediar essa relação. Assim, pretendemos entender esta mediação que para o teórico é a condição de possibilidade de um conhecimento objetivo.

Nosso conhecimento surge de duas fontes principais da mente, cuja primeira é a de receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda a faculdade de conhecer um objeto por estas representações (espontaneidade dos conceitos) [espontaneidade aqui significa qualidade do que não tem a causa fora de si]; pela primeira um objeto nos é dado, pela segunda é pensado em relação com essa representação (como simples determinação da mente) (KANT, 2000, p.91).

Na *Crítica da Razão Pura* de Kant encontra-se a doutrina do esquematismo a qual compõe o segundo livro da “Analítica Transcendental”, intitulado “Analítica dos Princípios”. Na “Analítica dos Conceitos”, presente no primeiro livro, Kant pretende estabelecer os tipos principais de “conceitos puros do entendimento” (categorias) mostrando a necessidade destes já fazerem referência aos objetos sensíveis (KANT, 1976a, p.115). Os esquemas das categorias, ou também chamados de “conceitos puros do entendimento” obedecem a “tábua dos juízos” apresentada na “Analítica dos Conceitos”. Kant afirma que está “tábua dos juízos” é a chave para se descobrir todos os conceitos puros do entendimento; ela estabelece os tipos principais de conceitos através das categorias de quantidade, qualidade, relação e modalidade. Para Kant o único modo de se obter um conhecimento propriamente objetivo é afirmando a referência dos “conceitos puros do entendimento” aos objetos. As categorias seriam aplicáveis no plano do entendimento mediante as formas do sentido externo (espaço) e interno (tempo), às intuições empíricas. O esquematismo do entendimento puro trata da condição sensível unicamente sob o qual conceitos puros do entendimento podem ser usados.

O esquematismo é a função que apresenta conceitos à intuição empírica e se realiza de duas maneiras: diretamente através de esquemas (esquematismo real/transcendental) e indiretamente por meio de símbolos (esquematismo por analogia/simbólica). Os esquemas transcendentais são diretos como uma apresentação mecânica, uma ferramenta controlada pelo entendimento, na qual a intuição empírica corresponde a uma determinada categoria pura do entendimento. Já os símbolos, esquemas por analogia, possuem uma apresentação indireta. Nesta, o juízo realiza uma dupla função por meio da analogia, primeiramente como no esquema transcendental,

refere o conceito a uma intuição empírica. Posteriormente aplica a reflexão sobre essa intuição conceitualizada pelo entendimento formando um novo símbolo sem relação direta com o primeiro. Apesar desta distinção entre esquema transcendental e simbólico, Kant descreve ambas as formas do juízo como esquematismo (CAYGILL, 2000, p.126).

Kant demonstra a importância da função da alma que consiste em unificar as representações, o que ele denomina a síntese da imaginação. A possibilidade do conhecimento depende desta síntese e de sua subjugação aos conceitos. Para Kant, de acordo com esta síntese,

*o eu penso* deve poder acompanhar todas as minhas representações, pois, de outro modo, algo em mim que não poderia nunca ser pensado seria representado, o que significa que a representação ou seria impossível ou, pelo menos para mim, não seria nada (KANT, 1976a, p.140).

O esquematismo “é em si mesmo sempre só um produto da imaginação” (KANT, 1976a, p.140, 1976b, p. 179). Somente através desta síntese da imaginação é possível uma unificação das representações no âmbito do sujeito. Segundo Kant:

A síntese em geral, como futuramente veremos, é o mero efeito da imaginação, uma função da alma, cega mas indispensável, sem o qual de modo algum teríamos um conhecimento do qual porém raramente estamos cientes uma vez que seja (KANT, 1976a, p.115).

Para entender o significado do esquematismo é necessário compreender o conceito kantiano de “faculdade de julgar”. O esquematismo consiste num procedimento do juízo que adapta conceitos, por um lado heterogêneos às condições espaciais e temporais da intuição. Entretanto, para os esquematismos realizarem estas mediações eles devem ser homogêneos aos conceitos e às intuições, mas desprovidos das características específicas de ambos. No primeiro capítulo da “Doutrina transcendental da faculdade de julgar” o esquematismo é apresentado como um mediador (terceiro termo) entre conceitos distintos e a intuição. Sua importância reside no papel necessário da doutrina da faculdade de julgar, pois permite a aplicação das categorias do entendimento às aparências.

Para Kant, por serem totalmente diferentes, a subsunção direta das intuições empíricas sob as categorias do entendimento é impossível (pois esta última não possui

nenhum aspecto empírico). Mesmo a imaginação sendo uma instância intermediária entre a sensibilidade e o entendimento, falta-lhe uma síntese figurativa que torne comensurável os objetos sensíveis às categorias do entendimento. Sendo impossível esta confluência direta, Kant utiliza-se de outro recurso de mediação.

Então é claro que deveria haver um terceiro elemento que deve estar em igualdade, por um lado, com a categoria e, por outro, com o fenômeno e torna possível a aplicação daquela a este. Essa representação mediadora deve ser pura (sem qualquer elemento empírico): por um lado, porém, intelectual; por outro, sensível. Uma representação desse tipo é um esquema transcendental (KANT, 1976a, p.197).

A constituição do esquema se fundamenta na forma do sentido interno – tempo. A temporalidade é a condição formal da multiplicidade e é da mesma natureza que a categoria, pois é universal e repousa sobre uma regra a priori. Segundo Kant, essa aplicação das categorias do entendimento aos fenômenos é possível mediante a subsunção dos fenômenos aos conceitos, tendo o tempo como forma pura da sensibilidade que possibilita esta mediação das representações intuitivas com um conceito puro do intelecto.

Essa relação do esquematismo com o tempo é de enorme importância, pois, como se sabe, ele é, como forma do sentido interno, uma condição geral da receptividade das impressões sensíveis e, ao mesmo tempo – na medida em que é a intuição do estado interno do sujeito -, uma essencial pré-condição da síntese originária da aprecepção realizada pelo entendimento (DUARTE, 2003, 448).

Como afirma a teoria kantiana, a confluência entre as intuições empíricas e as categorias do entendimento através da mediação do esquematismo - considerado terceiro termo - segundo a perspectiva transcendental, possibilita uma forma de conhecimento objetivo do mundo. Segundo Loparic, os conceitos como representações de condições universais, para agrupar de maneira uniforme os múltiplos dados intuitivos, estão em uma relação imediata com regras e procedimentos para a composição de intuições. Deste modo, a todos os nossos conceitos empíricos correspondem regras para a determinação de nossa intuição (LOPARIC, 2000, p. 111). Assim, a representação da realidade por meio de conceitos é considerada objetiva devido a tal mediação realizada pelo esquematismo. Para Kant, “os esquemas dos conceitos puros do entendimento são, portanto, as únicas verdadeiras condições de

proporcionar a estes uma relação com objetos e, com isso, significado (...)” (KANT, 1976a, 203).

### **Linguagem e objetividade do conhecimento em Nietzsche**

Neste segundo momento analisaremos o posicionamento de Nietzsche sobre a possibilidade de um conhecimento objetivo sustentado nos conceitos. Com a finalidade de refletir sobre aspectos do estudo da linguagem realizada pelo pensador apoiar-nos-emos principalmente no escrito *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*. Para Nietzsche a linguagem é a primeira forma de conhecimento estruturado, e por meio da “filologia” ele inicia seus estudos da linguagem. A filologia estuda os momentos históricos da língua para entender a cultura, pois ela supõe que existe uma cultura na língua de um povo pela sua historicidade e pela sua relação de significância com o mundo. O estudo da lingüística e o da filologia são coisas distintas, a primeira se propõe analisar a língua falada e os processos de comunicação, já a segunda estuda a língua escrita como um meio de se chegar à cultura de um povo; pode-se dizer que a filologia é um momento histórico da lingüística.

Nietzsche é leitor dos positivistas e analisa o “fato” que é considerado por estes como o ponto de partida da ciência. Ao se apropriar desta questão, Nietzsche de maneira diferente que os positivistas, afirma que a “palavra” é inferior ao “fato”. Segundo Nietzsche, o fato se apresenta diferente em cada momento, por isso a importância do estudo da origem filológica para se compreender as várias formas que este “fato” se apresenta. Para o filólogo não existe dado irreduzível, o exercício que exprime sentido é complexo como também a relação com o mundo, diferentemente dos positivistas que abordam o “fato” como dado redutível e sem história.

Por mais que Nietzsche tenha tido contato com o positivismo ele se mantém distante desta perspectiva, conservando-se como “espírito livre”, pois para ele a filosofia é baseada na liberdade de criação do sujeito com a realidade, diferentemente da forma estática com que o positivismo se relaciona com a realidade. Pretende também preservar a significância da relação entre sujeito e objeto. Nietzsche se preocupa em recuperar a vida e para isso utiliza-se do método filológico, considerado pelo pensador como um método crítico. Esta metodologia busca trazer à tona os

significados esquecidos das palavras. Nesta perspectiva os significados precisam ser recuperados com a finalidade de constituir uma “genealogia da moral”.

Para Nietzsche as palavras não possuem um sentido original fixo, pois elas não passam de interpretações, são apenas signos. As interpretações são impostas nos determinados momentos distintos por sua parcela social dominante, por isso é importante que o trabalho etimológico possa estudar as palavras a fim de demonstrar que tudo depende de uma perspectiva interpretativa.

Na obra de 1873, *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*, Nietzsche parte discutindo sobre a criação do conhecimento pelo ser humano, apresentando este como um ser “pequeno” perto da grandiosidade do universo e com um limitado tempo de existência em comparação com o tempo do planeta. Com isso o autor procura minar a arrogância e a prepotência dos homens que acham que podem dominar a natureza por meio da criação desta “ciência”. Sobre a invenção do conhecimento, Nietzsche afirma que “foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da história universal: mas também foi só um minuto” (NIETZSCHE, 1987, p.31). Critica claramente a arrogância deste conhecimento e apresenta-o como “uma cegueira pousada sobre os olhos e sobre seus sentimentos” (NIETZSCHE, 1987, p.31).

Entretanto, Nietzsche não desconsidera totalmente o intelecto, este auxilia o ser humano em sua autoconservação. Nas lutas que são travadas para se proteger os homens são rodeados por ilusões. A maior preocupação de Nietzsche é que com a utilização do intelecto, nesta missão, o homem harmoniza sua relação conflituosa com a natureza. Este tratado de paz com as intempéries do mundo, segundo o autor, é o princípio de um impulso humano à verdade.

Os homens, nisso, não procuram tanto evitar serem enganados, quanto serem prejudicados pelo engano: o que odeiam, mesmo nesse nível, no fundo não é a ilusão, mas as conseqüências, nocivas, hostis de certas espécies de ilusões (NIETZSCHE, 1987, p.32).

Para Nietzsche uma palavra é resultado da figuração de um estímulo. É problemático aceitar que estes estímulos sensíveis possuem uma causa fora de nós mesmos. A questão central apresentada pelo pensador demonstra a existência de uma “distância” considerável entre a realidade e os conceitos que a determinam. Não existe a fixidez do que seja a “verdade”, porém, esta depende da perspectiva interpretativa de

quem analisa a realidade. Para Nietzsche é anacrônico pensar que a “verdade” de um dado objeto está no conceito que o determina. Para ele, a realidade está distante da linguagem, pois primeiro os dados do mundo nos chegam por meio de nossos impulsos nervosos, e estes são transformados em imagens, para posteriormente darem origem à linguagem. “Acreditamos saber algo das coisas mesmas se falamos das árvores, cores, neve e flores, e no entanto não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem” (NIETZSCHE, 1987, p.33).

O presente texto apresenta na centralidade de sua argumentação a questão da formação dos conceitos. “Todo conceito nasce por igualação do não igual” (NIETZSCHE, 1987, p.34). Partindo desta perspectiva Nietzsche questiona a utilização de um conceito que aglomere em sua essência as múltiplas particularidades em uma palavra. Não sabemos nada sobre a essência das coisas, esta qualidade essencial é inacessível, apenas conseguimos notar as particularidades individualizadas.

A desconsideração do individual e efetivo nos dá o conceito, assim como nos dá também a forma, enquanto que a natureza não conhece formas nem conceitos, portanto também não conhece espécies, mas somente X para nós inacessível e indefinível (NIETZSCHE, 1987, p.34).

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas que foram enfatizadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (NIETZSCHE, 1987, p.34).

Tudo o que destaca o homem do animal depende dessa aptidão de liquefazer a metáfora intuitiva em um esquema, portanto de dissolver uma imagem em um conceito. (NIETZSCHE, 1987, p.35).

Para Nietzsche, conceituar é simplificar e reduzir, nomear é uma atribuição de valor, e este valor que está implícito no “nome” é a identidade.

Nomear é impor identidade ao múltiplo, ao móvel é forjar uma unidade que a pluralidade das coisas não apresenta (...) A palavra por juntar coisas distintas em um único signo, se sustenta na negação da diferença. O fundamento da crença na identidade é o universo convencional e, em última instância, moral da linguagem (MOSÉ, 2005, p.72).

Em continuidade, a comentarista Mosé em seu texto - *Nietzsche e a grande política da linguagem* - afirma que a linguagem é possível pela capacidade de

esquecimento do homem, pois assim, ele é capaz de produzir um sistema de simplificação que possibilitou a crença na identidade. Sem este esquecimento da pluralidade o homem não concluiria que existe uma correspondência efetiva entre a palavra e as coisas. Nas palavras de Mosé, “é o esquecimento, a inconsciência, a ilusão, a dissimulação como necessidade que se encontram no jogo de forças que deu nascimento à palavra” (2005, p.74). Mais ainda, “uma palavra deve remeter sempre a outra palavra, como um efeito cascata que nunca atinge o corpo, as sensações, os sentidos... A linguagem gregária é um artigo de fé” (2005, p.73).

Segundo Nietzsche, a palavra não corresponde ao universo infinitamente móvel das coisas, e se assim o fosse, as palavras não se tornariam possíveis. Somente por meio da arte é possível uma maior mobilidade. Para que exista linguagem é preciso que ocorra o esquecimento da pluralidade, assim notamos que as palavras não se relacionam com as coisas, as palavras se relacionam com o que é dito, ou seja, uma palavra sempre remete a outra palavra.

Por fim, Nietzsche realiza alegoricamente uma crítica aos homens (indigentes) que sustentam suas vidas nas verdades dos conceitos, e contrariamente, fala do homem livre guiado, não por caminho regulares, mas pela “poderosa intuição presente”. Segue abaixo:

Aquele descomunal arcabouço e travejamento dos conceitos, ao qual o homem indigente se agarra, salvando-se assim ao longo da vida, é para o intelecto que se tornou livre somente um andaime e um brinquedo para seus mais audazes artifícios: e quando ele o desmantela, entrecruza, recompõe ironicamente, emparelhando o mais alheio e separando o mais próximo, ele revela que não precisa daquela tábua de salvação da indigência e que agora não é guiado por conceitos, mas por intuições. Dessas intuições nenhum caminho regular leva à terra dos esquemas fantasmagóricos, das abstrações: para elas não foi feita a palavra o homem emudece quando as vê, ou fala puramente em metáforas proibidas e em arranjos inéditos de conceitos, para pelo menos através da demolição e escarnecimento dos antigos limites conceituais corresponder criadoramente à impressão de poderosa intuição presente (NIETZSCHE, 1987, p.37).

## **Considerações finais**

Diante destas elucidações podemos notar diferenças incontornáveis entre os modelos teóricos de Kant e de Nietzsche, que se referem tanto àquelas explicações que dizem respeito às inspirações fundamentais, quando as de forma e conteúdo. Pois,

diferentemente da perspectiva kantiana sobre a objetividade do conhecimento humano possibilitado pelo esquematismo mediador entre realidade e conceito, Nietzsche afirma existir um “abismo” entre realidade e figuração. O conceito se fundamenta na *igualação do não igual*. Para este pensador a relação entre mundo sensível e sua representação por palavras é a simplificação da multiplicidade do mundo, a palavra só pode existir pelo esquecimento desta pluralidade. O conceito universaliza, simplifica e fixa a realidade que rodeia o homem. A objetividade abordada acima, na visão de Kant, aqui é deixada de lado, pois a objetividade do mundo é uma criação do homem, a qual ele mesmo se escravizou.

Na perspectiva kantiana o esquematismo realiza um duplo movimento: prepara a intuição para ser determinada pelo conceito, e também adapta o conceito para a sua aplicação na intuição empírica. Assim, pela aplicação dos esquematismos do entendimento, Kant propõe mediar as palavras e a realidade possibilitando um conhecimento objetivo.

Tal como Kant define na *Crítica da Razão Pura*, o processo de conhecimento tem como ponto de partida a intuição, pois esta diz respeito diretamente ao modo como o pensamento se refere aos objetos sensíveis. Neste sentido, a doutrina kantiana da objetividade impõe como exigência necessária uma interpretação na sensibilidade. Para isto, faz-se necessário um elemento que seja homogêneo, tanto à categoria quanto ao fenômeno, e que possua como condição formal o tempo, como forma pura da sensibilidade que permite esta mediação das representações intuitivas com um conceito puro do intelecto.

Este elemento mediador (esquema) presente na teoria kantiana não existe na perspectiva nietzschiana, a qual apresenta a palavra mediada por outra palavra sem nunca se referir diretamente à realidade. Nietzsche afirma que acreditar na verdadeira relação entre mundo e conceito é uma ilusão. Ele avalia o sistema de códigos como forma de abreviação da realidade. Assim, se para Kant o conhecimento objetivo só é possível por esta mediação entre mundo empírico e entendimento, esta ligação na teoria nietzschiana não existe e é causa da redução da complexidade da vida.

Entretanto, Nietzsche não realiza uma crítica depreciativa da linguagem, já que ele mesmo considera tais ilusões cruciais para a manutenção da espécie (o conhecimento como fruto do medo). Porém, critica a perda da pluralidade do mundo

realizada pela fixidez e paralisia inerente à noção de verdade. Na obra *Crepúsculo dos Ídolos*, Nietzsche demonstra sua preocupação com a linguagem fixada na gramática, e afirma no aforismo “A razão na filosofia”: “Temo que não nos desvencilharemos de Deus, porque ainda acreditamos na gramática...” (1996, p. 331). Nesta passagem podemos notar a preocupação do pensador com a pretensão da palavra em demonstrar a verdade da coisa, acreditando ser dotada de um poder divino de determinação. Em continuidade com esta discussão, em *Humano, Demasiado Humano*, Nietzsche demonstra que a linguagem promove “um mundo próprio ao lado do outro” (1996, p.92-93), o mundo da realidade separado do mundo da linguagem, com a vontade de entender e dominar a realidade. Entretanto, nesta vontade existe um fracasso: a determinação objetiva da realidade por meio do conceito.

O debate realizado aqui neste estudo propôs demonstrar as diferenças entre as fundamentações teóricas para a constituição do conhecimento em Kant e Nietzsche. A análise sucintamente promovida almejou abordar a relação da produção de significados através da articulação entre fenômenos sensíveis e conceitualizações. Conforme foi elaborado no texto, a distinção entre a possibilidade do conhecimento objetivo em Kant e a teoria da linguagem em Nietzsche vai gerar formas distintas de elaboração filosófica e diferentes leituras da realidade. Se em Kant o esquema é uma condição formal da sensibilidade que contém a condição universal unicamente sob a qual a categoria pode ser aplicada a qualquer objeto possibilitando o conhecimento objetivo, essa condição de universalidade não está presente em Nietzsche. Para este pensador, no conceito não está presente a verdade da realidade. Esta relação, promovida pelo esquematismo kantiano, que medeia palavra e mundo empírico é uma ilusão, pois propõe representar mundos distintos já que as palavras e os conceitos só podem referir-se a outras palavras e a outros conceitos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Tradução: Álvaro Cabral, Revisão técnica: Valério Rohden, Jorge Zahar Editor, São Paulo, 2000.

DUARTE, R. *Esquematismo e semiformação*. Educ. Soc, ago. 2003, vol.24, no.83, p.441-457. ISSN 0101-7330.

KANT, I. *Kritic der reinen Vernunft*. Hamburg: Felix Meiner, 1976a.

\_\_\_\_\_. *Dialektik der Aufklärung*. Hamburg: Felix Meiner, 1976b.

\_\_\_\_\_. *Kritic der Urteilskraft*. 10. Aufl. Hamburg: Felix Meiner, 1990.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (*Os Pensadores*).

LOPARIC, Zeljko. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000.

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.

NIETZSCHE, F. *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Mora*. In *Os Pensadores*, Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho – 4º ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1987.

\_\_\_\_\_. *Crepúsculo dos ídolos; Humano, Demasiado Humano*. In: *Obras Incompletas*. Seleção e textos de Gerard Lebrun; Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho; posfácio de António Candido. 3º Ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os Pensadores”).